



# SUPNOTÍCIAS

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES | EDIÇÃO DE JULHO 2012 | MENSAL

FENPROF – Departamento do Ensino Superior e Investigação

## SUMÁRIO

[Editorial](#)

[Manifestação 12 Julho](#)

[Professores Auxiliares e Adjuntos que estão a ser incorrectamente remunerados](#)

[FENPROF solidária com bolseiros de investigação](#)

[ABIC solidária com Professores](#)

[Sumário do JF/Sup Julho](#)

[Posição da CGTP-IN a propósito do acórdão do Tribunal Constitucional](#)

[MEC já foi condenado por 38 vezes, insiste em não pagar o que deve aos professores](#)

[AR debate a Petição pela Alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação](#)

[Reitores querem reunião urgente com Governo sobre financiamento](#)

[Reuniões em Bucareste e Bruxelas](#)

[Informação das Escolas](#)

[Concursos](#)

[Legislação](#)

## CONTACTOS

Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 Lisboa  
T 213 819 190  
F 213 819 198  
[sup@fenprof.pt](mailto:sup@fenprof.pt)  
[www.fenprof.pt/superior](http://www.fenprof.pt/superior)

## EDITORIAL

### Tribunal Constitucional, Greve dos Médicos e Manifestação de Professores

São 3 assuntos que têm marcado a actualidade. O acórdão do Tribunal Constitucional a propósito do confisco dos subsídios de férias e de Natal é, no mínimo, contraditório. Reconhece que este confisco é inconstitucional... mas só para o ano

[Ler mais...](#)

## AÇÃO SINDICAL

### Manifestação 12 Julho

Eram já 17h15 quando a cabeça da manifestação promovida pela FENPROF, com concentração no Rossio, chegou ao largo da Assembleia da República, em São Bento, nesta quinta-feira, 12 de julho, o dia em que os professores voltaram à rua ("Apenas um ano depois da posse governo, aqui estamos para dizer que o que nos move não são as pessoas, os governos ou os partidos, mas políticas e medidas concretas", como lembrou o [Secretário Geral da FENPROF](#) no arranque desta jornada)

[Ler mais...](#)

### Aos Professores Auxiliares e Adjuntos que estão a ser incorrectamente remunerados

Como divulgado anteriormente, os sindicatos da FENPROF, para além de outras acções nos planos político, legislativo e jurídico, estão a interpor acções judiciais em representação dos seus associados

[Ler mais...](#)

### FENPROF solidária com bolseiros de investigação

A FENPROF solidarizou-se com a acção de protesto dos bolseiros de investigação científica realizada no dia 5 de Julho. Uma delegação de todos os sindicatos da FENPROF participou na iniciativa

## NOVIDADES

### Sumário do JF/Sup Julho

- Tribuna Pública da FENPROF
- Dossier Ensino Superior
- Resolução alternativa de litígios
- PROTEC: Um presente envenenado?
- Avaliação a (des)Norte
- Internacional – Entrevistas:
- Maria Luísa Sanchez Simon
- Claudio Suasnábar
- Regimes transitórios dos Estatutos de carreira

[Ler mais...](#)

## EM FOCO

### Posição da CGTP-IN a propósito do acórdão do Tribunal Constitucional

O Acórdão nº 353/2012 que declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas da Lei do OE para 2012, constitui a prova de que o Governo e a maioria parlamentar do PSD-CDS/PP tomaram uma decisão ilícita do ponto de vista constitucional

[Ler mais...](#)

### MEC já foi condenado por 38 vezes, insiste em não pagar o que deve aos professores

O MEC, apesar de já ter sido condenado 38 vezes em tribunal, continua a negar o pagamento do dinheiro que deve aos professores

[Ler mais...](#)

### AR debate a Petição pela Alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação

A Petição pela Alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação vai estar em debate no plenário da Assembleia da República no dia 25 de Julho

Delegações em todos os distritos e regiões autónomas. Pode ser consultado:

Norte:  
[www.spn.pt](http://www.spn.pt)

Centro:  
[www.sprc.pt](http://www.sprc.pt)

Grande Lisboa:  
[www.spgl.pt](http://www.spgl.pt)

Sul:  
[www.spzs.pt](http://www.spzs.pt)

Madeira:  
[www.spm-ram.org](http://www.spm-ram.org)

Açores:  
[www.spra.pt](http://www.spra.pt)

## FICHA TÉCNICA

---

**Direcção:**  
Rui Salgado

**Coordenação/Edição:**  
Fernandes de Matos

**Organização:**  
Luís Lobo

**Revisão:**  
Inês Carvalho  
Carina Carmo

**Jornalismo:**  
José Paulo Oliveira

**Online:**  
Marco Serralheiro  
Inês Carvalho

**Colaboração:**  
Ana Afonso  
Carina Carmo

[Ler mais...](#)

## ABIC solidária com Professores

Investigação Científica (ABIC) solidarizou-se com a manifestação nacional dos professores de 12 de Julho, tendo divulgado junto dos bolseiros o apelo enviado pela FENPROF

[Ler mais...](#)

[Ler mais...](#)

## Reitores querem reunião urgente com Governo sobre financiamento

No passado dia 11 de Julho, o plenário do CRUP decidiu pedir uma reunião de urgência ao MEC e à Comissão de Educação e Ciência da AR, sobre o financiamento das instituições no próximo ano lectivo

[Ler mais...](#)

## INTERNACIONAL

---

### Reuniões em Bucareste e Bruxelas

*Reunião em Bucareste:* Higher Education and Research Standing Committee, European Trade Union Committee for Education, Education International/European Region

[Ler mais...](#)

## Informação das Escolas

[Reunião de docentes e investigadores no IPCB](#)

## Concursos abertos em DR

[Carreiras de docentes e investigadores do ensino superior público](#)

## Legislação

[Legislação relativa ao mês de junho](#)

**Sindicalizado=Mais segurança**

---

# Tribunal Constitucional, Greve dos Médicos e Manifestação de Professores

São 3 assuntos que têm marcado a actualidade.

O acórdão do Tribunal Constitucional a propósito do confisco dos subsídios de férias e de Natal é, no mínimo, contraditório. Reconhece que é inconstitucional... mas só para o ano, considera que viola o princípio da igualdade por só incidir sobre os funcionários públicos, mas nada refere sobre o facto em si de o governo violar cláusulas fundamentais de contratos assinados entre o Estado Português e centenas de milhares de cidadãos.

Não só é contraditório como pode vir a ser utilizado, não para pôr cobro ao roubo, mas para estender esse mesmo roubo aos outros trabalhadores que mantiveram, e bem, os subsídios a que têm direito.

Devemos notar e valorizar o facto de, pela primeira vez neste processo-de-empobrecimento-em-curso, o Tribunal Constitucional ter tomado uma decisão desfavorável às pretensões do Governo e da Troika. Apesar de ténue e envergonhada, ela revela que existe uma réstia de soberania no país. E que não é obrigatório, nem inevitável, prosseguir com a política imposta pela troika. A esta decisão não será alheio, como bem considera a CGTP, o crescente descontentamento e indignação que se sentem em largos sectores da sociedade portuguesa. E não tenhamos dúvidas, o que vai de facto decidir sobre o impacto futuro desta decisão do Tribunal Constitucional, vai ser a capacidade de transformar a indignação em protesto e a correlação de forças no combate entre a ofensiva e a resistência. Ou aumenta a expressão da luta e a esta decisão se seguirão outras favoráveis à reposição da legalidade e do Estado de direito, do Tribunal Constitucional ou de outras instâncias judiciais, ou... não.

Também neste contexto é de extrema importância o enorme sucesso da greve que os médicos realizaram esta semana. Há muito que os médicos não saíam assim à rua. O que conseguirem com esta greve será importante para as suas carreiras, certo, mas será também importante para a defesa do Serviço Nacional de Saúde e para demonstrar que, com unidade, com luta, é possível vencer. E que a luta, mesmo de camadas da chamada classe média, não dispensa formas de intervenção tão velhinhas quanto a greve e a manifestação.

Promovemos, ontem mesmo, a primeira grande manifestação nacional de professores desde que o actual Governo entrou em funções. Foi uma magnífica iniciativa que envolveu muitos milhares de professores contra a política educativa do actual Governo, sobretudo contra o maior despedimento colectivo de professores da História de Portugal que está em preparação para Setembro. A participação superou todas as expectativas e mostrou o acerto do Secretariado Nacional da FENPROF ao assumir o risco de dar oportunidade aos professores de manifestarem, em meados de Julho, a sua indignação e de procurarem por esta via evitar a tragédia anunciada para Setembro.

Os despedimentos de docentes do Ensino Superior decorrentes dos cortes orçamentais a que as instituições públicas do Ensino Superior têm estado sujeitas e a diminuição do número de bolsas e contratos de investigação também estiveram no centro das atenções. Sendo de todos os educadores, professores e investigadores a manifestação teve, temos que o reconhecer, uma muito pequena participação de docentes e investigadores do Ensino Superior.

A enorme força demonstrada pelos médicos e a renovada força evidenciada pelos professores, essencialmente de outros graus de ensino, indica que precisamos do mesmo no Ensino Superior e que se conseguirmos, com unidade, dar mais expressão à indignação que percorre as nossas escolas e faculdades também podemos conseguir impedir mais cortes financeiros e garantir mais respeito pela nossa profissão e carreiras, nomeadamente acabando com a ignóbil situação de Professores Auxiliares e Adjuntos estarem a auferir o salário de Assistentes.

[\[voltar ao topo\]](#)

## AÇÃO SINDICAL

---

### Manifestação 12 Julho

#### Professores voltaram à rua!

**Eram já 17h15 quando a cabeça da manifestação promovida pela FENPROF, com concentração no Rossio, chegou ao largo da Assembleia da República, em São Bento, nesta quinta-feira, 12 de julho, o dia em que os professores voltaram à rua (“Apenas um ano depois da posse governo, aqui estamos para dizer que o que nos move não são as pessoas, os governos ou os partidos, mas políticas e medidas concretas”, como lembrou o [Secretário Geral da FENPROF](#) no arranque desta jornada).**

Largos milhares de professores e educadores, oriundos de todas as regiões do país, responderam com determinação ao apelo da FENPROF e afirmaram alto e bom som que é preciso avançar na luta contra o desemprego docente e em defesa da estabilidade da escola pública, denunciando junto de todos os docentes - do Pré-Escolar ao Superior -, da comunidade educativa e da opinião pública as consequências da política de *terra queimada* do Ministério dirigido por Nuno Crato.

Como destaca a tomada de posição aprovada, "o desemprego e a instabilidade que no setor do ensino e investigação têm crescido muito acima da elevada média nacional, conhecerão em setembro um aumento nunca visto, criando um problema socialmente insustentável, com impacto extremamente negativo nas escolas e na educação em geral".

"O que tem sido feito a todos nós, trabalhadores da Educação e Investigação, é conhecido: roubos salariais, roubos dos subsídios, eliminação de direitos sociais e profissionais. Mas querem roubar-nos ainda mais: o nosso emprego que, para quem é contratado, será de imediato e para milhares dos quadros será através de um processo gradual que se inicia no horário-zero, passa pela mobilidade e também acaba na desgraça. Nunca o conceito de descartável foi tão adequado ao que este governo pensa e quer fazer aos docentes e investigadores", lembrou Mário Nogueira.

**"Contra o desemprego e a instabilidade. Os professores fazem falta nas escolas!"**, lia-se no pano gigante que abria a manifestação, que, entretanto, ia engrossando à medida que avançava rumo à Calçada do Combro, para depois descer até São Bento. Durante o percurso e já depois frente à Assembleia da República foram ouvidas palavras de ordem como: *"Emprego sim, desemprego não!"*, *"É preciso, é urgente uma política diferente!"*; *"Escola pública - sim; privatização - não!"*, *"Desemprego em Portugal é vergonha nacional"* e *"Oh governo ladroeiro dá para cá o nosso dinheiro!"*

[\[voltar ao topo\]](#)

---

## Aos Professores Auxiliares e Adjuntos que estão a ser incorrectamente remunerados

Como divulgado anteriormente, os sindicatos da FENPROF, para além de outras acções nos planos político, legislativo e jurídico, estão a interpor acções judiciais em representação dos seus associados que, tendo obtido os seus doutoramentos no ano de 2012 e tendo sido contratados como professores auxiliares ou professores adjuntos continuam a auferir, indevidamente, o salário de assistente.

Nesse sentido apela-se a todos os sócios dos sindicatos da FENPROF que estejam nesta situação para entrarem em contacto com os serviços jurídicos do seu sindicato.

[\[voltar ao topo\]](#)

---

## FENPROF solidária com bolseiros de investigação

A FENPROF solidarizou-se com a acção de protesto dos bolseiros de investigação científica realizada no dia 5 de Julho. Uma delegação de todos os sindicatos da FENPROF participou na iniciativa, tendo Rui Salgado usado da palavra em nome do Departamento de Ensino Superior e Investigação onde afirmou, nomeadamente:

"Caros colegas,

Trabalhamos todos em Ciência e procuramos todos dar o nosso contributo para a investigação científica e também para a formação das novas gerações. Todos nós (professores ou investigadores contratados) temos a consciência clara que hoje em dia parte significativa, se não grande parte da ciência que se faz é realizada com recurso aos bolseiros e por isso esse trabalho deve ser reconhecido como tal. A FENPROF (em conjugação com a ABIC) tem apoiado essas reivindicações, que são vossas mas também são nossas, e tem-nas levado ao Ministério da Educação e Ciência e também a vários fóruns internacionais."

"Para nós é evidente que aqueles cuja actividade principal já não é a formação, aqueles que já têm o doutoramento, são trabalhadores e como tal devem ser considerados."

"Vimos aqui para vos prestar solidariedade, dizer-vos que podem contar connosco e que nós também contamos convosco."

"A situação no ensino, do ponto de vista dos docentes, também não está nada famosa. Temos sofrido, desde logo, o problema de não haver vagas e, portanto, não haver renovação dos quadros, o que nos afecta a nós e naturalmente a vocês. Há muito tempo que as instituições estão fechadas, não abrem vagas e os que lá estão, estão também a sofrer estas políticas de roubo dos subsídios, da diminuição dos salários e, também, da diminuição da qualidade do ensino e das condições de trabalho, sentindo, também, maiores dificuldades em ter estudantes como vocês a fazer investigação connosco."

"Contamos convosco, em 1º lugar para que não desistam, para que continuem a trabalhar mesmo nestas difíceis condições para fazer investigação e também para batalhar pela melhoria das vossas condições."

Fundamentalmente era isto que vos queríamos dizer: é uma lição que estão a dar.

Vimos prestar-vos solidariedade e agradecer-vos por estarem aqui hoje e por insistirem em fazer investigação, em obterem a vossa formação, em participarem naquilo que poderá ser a construção de um país melhor."

[\[voltar ao topo\]](#)

---

## ABIC solidária com Professores

A Associação de Bolsistas de Investigação Científica (ABIC) solidarizou-se com a manifestação nacional dos professores de 12 de Julho tendo divulgado junto dos bolsistas o apelo enviado pela FENPROF. O comunicado da ABIC, onde é feito um balanço da acção de protesto dos bolsistas pode ser consultado em:

<http://www.abic-online.org/newsletter/comunicado11-07-2012.html>

[\[voltar ao topo\]](#)

### NOVIDADES

---

## Sumário do JF/Sup Julho

[Abrir o JF/Sup Julho](#)

[\[voltar ao topo\]](#)

### EM FOCO

---

## Posição da CGTP-IN a propósito do acórdão do Tribunal Constitucional

### Posição da CGTP-IN a propósito do acórdão do Tribunal Constitucional relativo ao não pagamento dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores do setor público e pensionistas

O Acórdão nº 353/2012, do Tribunal Constitucional, que declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas da Lei do Orçamento do Estado para 2012, constitui a prova de que o Governo e a maioria parlamentar do PSD-CDS/PP tomaram uma decisão ilícita do ponto de vista constitucional. A declaração de inconstitucionalidade não é dissociável da luta que os trabalhadores desenvolveram contra estas medidas.

Os problemas do País não se resolvem com medidas de austeridade como cortes salariais, aumentos de impostos e restrições de direitos, mas sim com a renegociação da dívida, incluindo prazos, montantes e juros, em simultâneo com a adopção de políticas diferentes, que promovam a dinamização do sector produtivo, o crescimento económico, a criação de mais e melhor emprego, o aumento dos salários e das pensões, a justiça social e o desenvolvimento do país.

Por outro lado, e embora reconhecendo que o pedido formulado ao Tribunal Constitucional não invocava esta matéria, é lamentável que o Acórdão não aborde a questão essencial suscitada pelas medidas apreciadas, que é a violação do direito à retribuição do trabalho – direito fundamental dos trabalhadores, que é restringido de forma intolerável e não sustentada nas normas e princípios constitucionais através da redução remuneratória implícita no não pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

No entanto, o Acórdão reconhece a desproporcionalidade e o excesso das medidas tomadas pelo Governo dizendo que «(...) nenhuma das imposições de sacrifícios descritas tem equivalente para a generalidade dos outros cidadãos que auferem rendimentos provenientes de outras fontes (...)».

Portanto, de acordo com a doutrina implícita no Acórdão, a medida tomada pelo Governo é inconstitucional porque incide apenas sobre categorias determinadas de cidadãos – os trabalhadores do sector públicos e os pensionistas – e sobre uma única categoria de rendimentos – os rendimentos do trabalho – deixando de fora outros cidadãos e nomeadamente aqueles que auferem rendimentos provenientes de outras fontes que não o trabalho, como sejam rendimentos de capitais e mais valias, incluindo entre outras, as resultantes das transacções bolsistas.

Por outro lado, o Acórdão apenas aflora levemente um aspecto fundamental que é a questão dos limites da definição e invocação do interesse público, agora corporizado na redução do défice orçamental.

Diz o Acórdão que «A referida situação e as necessidades de eficácia das medidas adoptadas para lhe fazer face não podem servir de fundamento para dispensar o legislador da sujeição aos direitos fundamentais e aos princípios estruturantes do Estado de direito (...) A Constituição não pode certamente ficar alheia à realidade económica e financeira (...). Mas ela possui uma específica autonomia normativa que impede que os objetivos económicos e financeiros prevaleçam, sem quaisquer limites, sobre parâmetros como o da igualdade, que a Constituição defende e deve fazer cumprir».

Assim sendo, a legitimidade democrática que assiste ao Governo e à Assembleia da República não confere a estes órgãos poderes ilimitados na

definição e prossecução do interesse público, na medida em que a própria Constituição da República impõe limites à sua actuação. Logo, o interesse público não pode ser definido ou invocado de forma arbitrária e ilimitada, devendo a sua prossecução conter-se nos limites do respeito pelos direitos e interesses legítimos dos cidadãos, os quais não podem ser limitados ou restringidos de forma desproporcionada, excessiva ou irrazoável.

Isto significa no fundo que, a pretexto da situação de crise económica e financeira do país, da necessidade de redução do défice e do cumprimento dos acordos com a Troika, o Governo não pode continuar a agir da forma como tem feito até aqui, eliminando, reduzindo e cerceando direitos, sem qualquer respeito pelos princípios fundamentais da nossa Constituição. A Constituição define os limites da acção dos órgãos de soberania e como tal não pode ser ignorada ou suspensa.

Finalmente, a restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade decretada pelo Tribunal neste Acórdão traduz uma profunda contradição nos próprios termos, conforme aliás sublinham alguns votos de vencido, apresentados por juízes conselheiros, nesta matéria.

De facto, não é aceitável que o Tribunal, apesar de considerar na sua declaração de inconstitucionalidade que as circunstâncias excepcionais do país não são suficientes para justificar constitucionalmente a suspensão ou redução dos subsídios de férias e de Natal imposta aos trabalhadores do sector público e aos pensionistas e reformados, vem depois dizer que essa suspensão ou redução se mantém plenamente válida no ano de 2012.

Neste sentido, o argumento não colhe, é falacioso e contraditório e pode mesmo significar que o Tribunal vai além do permitido pelo nº 4 do artigo 282º da Constituição, na medida em que não se limita a impedir a eficácia retroactiva da declaração de inconstitucionalidade, mas vai ao ponto de permitir que se continuem a aplicar as normas declaradas inconstitucionais, impedindo a restituição dos subsídios aos trabalhadores e pensionistas até final do ano.

Em consequência, a CGTP-IN considera que o Governo tem que ser responsabilizado pelas medidas inconstitucionais que tomou e exige a restituição imediata dos subsídios indevidamente retirados aos trabalhadores e aos pensionistas.

A CGTP-IN manifesta, ainda, a sua veemente oposição a quaisquer medidas futuras que visem a eventual generalização do corte de subsídios de férias e de Natal ou de outras remunerações análogas a todos os trabalhadores, dado que, para além de injustas socialmente, são prejudiciais à economia e ao emprego.

A CGTP-IN exorta os trabalhadores e outras camadas da população a lutar contra estas medidas que penalizam os rendimentos do trabalho e deixam praticamente intocáveis os rendimentos de capital, nomeadamente as mais valias, os dividendos e as transacções em bolsa.

CGTP-IN

6 de Julho de 2012

[\[voltar ao topo\]](#)

---

## MEC já foi condenado por 38 vezes, insiste em não pagar o que deve aos professores

**É um escândalo!**

**O Ministério da Educação e Ciência, apesar de já ter sido condenado 38 vezes em tribunal, continua a negar o pagamento do dinheiro que deve aos professores, por caducidade dos seus contratos, caso estes não tenham recorrido aos tribunais. É uma vergonha esta atitude do MEC que faz supor que o Estado não é pessoa de bem ao ser servido por gente que não paga o que deve, no caso aos professores.**

O direito à compensação por caducidade é um direito também dos docentes do ensino superior cujos contratos não sejam renovados. Os docentes que se encontrem nesta situação devem requerer na sua instituição a compensação a que têm direito. As decisões dos tribunais confirmam que, tal como os outros trabalhadores, os professores também têm direito à compensação por caducidade

A FENPROF apela a todos os professores cujos contratos caducaram em anos anteriores que ainda accionem os mecanismos legais e aos que venham a ficar desempregados durante os próximos meses que não deixem de requerer aquilo a que têm direito e que o MEC de Nuno Crato e muitas instituições do Ensino Superior têm procurado negar.

Esta é uma situação escandalosa que não pode ser calada. Quem é devedor deverá pagar aos seus credores, sob pena de não poder ser considerado pessoa de bem.

[\[voltar ao topo\]](#)

---

## AR debate a Petição pela Alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação

A Petição pela Alteração do Estatuto do Bolseiro de Investigação vai estar em debate no plenário da Assembleia da República no dia 25 de Julho, a

partir das 15h. A Petição (Nº 94/XII/1), a cuja subscrição a FENPROF apelou, foi subscrita por mais de 5000 pessoas. Esta petição procura melhorar as condições daqueles que exercem a actividade de investigação ao abrigo daquele estatuto.

[\[voltar ao topo\]](#)

---

## Reitores querem reunião urgente com Governo sobre financiamento

No passado dia 11 de Julho, o plenário do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), reunido em Coimbra, decidiu pedir uma reunião de urgência ao Ministério da Educação e Ciência e à Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, sobre o financiamento das instituições no próximo ano lectivo.

Os reitores dizem que, apesar de não terem obtido da tutela qualquer informação sobre a dotação orçamental que será inscrita no Orçamento do Estado para 2013, as universidades já receberam da Direcção Geral do Orçamento instruções para a preparação do próximo exercício orçamental. Manifestam por isso preocupação com a situação presente, alegando que o financiamento das instituições públicas reflecte uma acentuada e persistente quebra desde 2005: em 2012 a dotação é equivalente a cerca de 80% da disponível em 2005. Em causa está um decréscimo de 20% no financiamento das Universidades, considerando actualizações salariais, contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, cativações, reduções salariais e suspensão dos subsídios de férias e de Natal este ano. Acrescem ainda valores não contabilizados das reduções decorrentes do pagamento efectuado este ano da *b-on*, no valor de 1.6 milhões de euros, bem como as reduções decorrentes do aumento das contribuições para a ADSE, no valor de 2,5%.

Tal como a FENPROF tem redobramente denunciado, o corte nas verbas atribuídas pelo Orçamento de Estado às Universidades e Politécnicos determina a situação crítica do seu subfinanciamento crónico e as consequências preocupantes para as instituições e para quem nelas trabalha e estuda.

[\[voltar ao topo\]](#)

---

## INTERNACIONAL

---

### Reuniões em Bucareste e Bruxelas

#### ACTIVIDADE INTERNACIONAL FENPROF – Ensino Superior e Investigação

#### **Reunião em Bucareste, em 24 e 25 de abril: Higher Education and Research Standing Committee (HERSC), European Trade Union Committee for Education (ETUCE), Education International/European Region (EI-IE)**

Esta reunião destinou-se à preparação da reunião interministerial do grupo de Bolonha, que teve lugar nos dias seguintes, igualmente em Bucareste, e em que participaram alguns dos membros da Internacional de Educação presentes na reunião. Foi discutido o documento de definição política da IE intitulado *The Bologna Process: the Case for a Supportive Environment for Academic Staff, and the key features of a Supportive Environment - An Education International Position Paper*.

Também foi apresentado o resultado final do Programa GRUNDTVIG, em que participaram equipas da Eslováquia, Portugal (do Sindicato de Professores da Grande Lisboa-FENPROF e da Universidade do Aveiro), Espanha e França, sobre “Diálogo Social em Formação ao Longo da Vida”.

#### **Reunião em Bruxelas, em 26 de junho: European Sectorial Social Dialogue in Education Working Group 3: Higher Education and Research**

Esta reunião, nos moldes tradicionais de grupos de “diálogo social” (reunião inicial com os parceiros separados, e logo depois o restante da reunião conjunta) tratou em particular dois temas:

1. **A igualdade de géneros**, tendo sido feita uma apresentação pela Professora Liisa Husu, da Örebro University (Finlândia), intitulada *Gender Equality and Research Funding*. É de salientar que Portugal apresenta uma relação equilibrada entre géneros, exceto para a categoria académica mais elevada e consequentemente também há um desequilíbrio nos painéis de avaliação. *Vejam-se links* para dois documentos relevantes:

- *She Figures 2009 - Statistics and Indicators on Gender Equality in Science*

[http://ec.europa.eu/research/science\\_society/document\\_library/pdf\\_06/she\\_figures\\_2009\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/science_society/document_library/pdf_06/she_figures_2009_en.pdf)

- *The Gender Challenge in the Research Funding*

[http://ec.europa.eu/research/science-society/document\\_library/pdf\\_06/gender-challenge-in-research-funding\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/gender-challenge-in-research-funding_en.pdf)

2. **Um ambiente favorável para a profissão académica**, tendo a EFEE (associação dos empregadores, públicos e privados) tecido considerações e comentado o texto HERSC/ETUCE: *The Bologna Process: the Case for a Supportive Environment for Academic Staff*. Discutiu-se ainda a preparação do relatório final deste grupo, que será apresentado na Conferência Geral, a 8 de novembro de 2012.

[\[voltar ao topo\]](#)

## INFORMAÇÃO DAS ESCOLAS

---

### Reunião de docentes e investigadores no IPCB

No passado dia 10 de julho realizou-se um plenário de docentes e investigadores, promovido pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), em que foram debatidos os “Princípios Orientadores para a distribuição de Serviço Docente – [Despacho nº 58/12](#)”, bem como a [Constituição da Politécnica – Associação dos Institutos Politécnicos do Centro](#).

Quanto ao primeiro tópico, o Despacho nº 58/12, no seu ponto 6, consagra que “... os docentes de carreira, em regime de dedicação exclusiva, poderão ter que assegurar uma carga letiva média semestral superior a 12 horas...”. No Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), embora há vários anos alguns docentes tenham vindo a assegurar cargas letivas superiores às fixadas no ECPDESP, no próximo ano letivo, a presidência do IPCB quer impor esta prática que é rejeitada pelos seus docentes. O SPRC, em estreita colaboração com os docentes, irá desencadear as acções julgadas necessárias junto do Ministério da Educação e Ciência, da Provedoria de Justiça e da instituição para resolver esta situação que consideramos ilegal. ([Ver informação](#))

A criação da Politécnica pretende, entre outros objetivos, “Desenvolver ações de cooperação, visando e facilitando a partilha de Recursos Humanos entre os seus associados”. Tal associação levanta, desde logo, alguma preocupação no seio dos docentes e investigadores dado que não são claras as regras de cooperação, a forma como se articulam os institutos politécnicos, o impacto nos tempos letivos, etc.

O SPRC já solicitou uma reunião de trabalho com a presidência do IPCB para discutir estes assuntos numa perspetiva de assegurar o cumprimento da legislação em vigor e de salvaguardar os interesses dos professores e investigadores.

[\[voltar ao topo\]](#)

## CONCURSOS ABERTOS EM DR

---

### Carreiras de docentes e investigadores do ensino superior público

A informação que aqui fornecemos reporta-se apenas aos concursos publicados em Diário da República e é trabalhada pelos nossos serviços, pelo que não dispensa a consulta dos respetivos editais, avisos, ou anúncios. Alertamos em particular para o facto de que a data de expiração do concurso indicada não contabiliza feriados municipais e pode não ser coincidente com a contagem das escolas.

Esta coleção foi atualizada em 12 de julho, pelo que dela não constam os concursos abertos posteriormente.

Consulte a página da FENPROF para encontrar esta informação atualizada:

<http://www.fenprof.pt/SUPERIOR/?aba=37&cat=90&mid=132>

<http://www.fenprof.pt/SUPERIOR/?aba=37&mid=132&cat=90&doc=267>

#### CARREIRA DOCENTE

##### Ensino Superior Politécnico

**Professor Coordenador Principal: não temos conhecimento de concursos abertos para esta categoria**

... **Professor Coordenador:**

N.º de Vagas	Área Científica/ Disciplinar	Escola / Instituição	Edital/ Aviso (2ª série)
1	Psicologia: Psicologia da Educação	IP Portalegre	<a href="#">Edital n.º 462/2012</a> de 2012-06-18
1	Informática e Matemática	ESACT do IP Bragança	<a href="#">Edital n.º 509/2012</a> de 2012-05-23

**Professor Adjunto:** não temos conhecimento de concursos abertos para esta categoria

N.º de Vagas	Área Científica/ Disciplinar	Escola / Instituição	Edital/ Aviso (2ª série)
1	·Sociologia das Profissões	·ESE do IP Portalegre	<a href="#">Edital n.º 561/2012</a> de 2012-06-18
1	·Educação de Infância/Supervisão Pedagógica	·ESE do IP Lisboa	<a href="#">Edital n.º 558/2012</a> de 2012-05-14

### Ensino Superior Universitário

**Professor Catedrático:**

N.º de Vagas	Área Científica/ Disciplinar	Escola / Instituição	Edital/ Aviso (2ª série)
1	·Medicina Dentária	·Fac. Farmácia da U. Porto	<a href="#">Edital n.º 630/2012</a> de 2012-07-10
1	·Psicologia da Educação	·Inst. Educação da U. Lisboa	<a href="#">Edital n.º 607/2012</a> de 2012-06-29
1	Matemática	Universidade de Aveiro	<a href="#">Edital n.º 566/2012</a> de 2012-06-21
1	Cirurgia Pediátrica, área disciplinar de Saúde Materno-Infantil, da subunidade orgânica de Clínica	Esc. Ciências da Saúde da U. Minho	<a href="#">Edital n.º 555/2012</a> de 2012-06-20

**Professor Associado:**

N.º de Vagas	Área Científica/ Disciplinar	Escola / Instituição	Edital/ Aviso (2ª série)
1	Instrumentação e Microsistemas Eletrónicos	Esc. Engenharia da U. Minho	<a href="#">Edital n.º 479/2012</a> de 2015-05-15

**Professor Auxiliar:**

N.º de Vagas	Área Científica/ Disciplinar	Escola / Instituição	Edital/ Aviso (2ª série)
1	Psicologia	Fac. Psicologia da U. Lisboa	<a href="#">Edital n.º 567/2012</a> de 2012-06-21
1	Educação em Ciências Médicas, na área disciplinar de Saúde Pública, da subunidade orgânica de Saúde Comunitária	Esc. Ciências da Saúde da U. Minho	<a href="#">Edital n.º 556/2012</a> de 2012-06-12

### **CARREIRA DE INVESTIGAÇÃO**

Não temos conhecimento de concursos para a carreira de investigação.

Encontre informações sobre concursos para atribuição de **bolsas** na página do Departamento de Ensino Superior da FENPROF, [aqui](#).

[\[voltar ao topo\]](#)

## LEGISLAÇÃO

---

### Legislação relativa ao mês de junho

[Decreto-Lei n.º 127/2012. D.R. n.º 119, Série I de 2012-06-21](#)

#### **Ministério das Finanças**

Contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela [Lei n.º 8/2012](#), de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista

[\[voltar ao topo\]](#)

**SINDICALIZADO: VALE A PENA!  
+ SEGURANÇA – IMPOSTOS + FUTURO**

Sindicalização online: agora tão fácil!

[>> aqui mesmo! <<](#)